



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Apresentação: 23/10/2025 15:17:33.720 - CE

REQ n.207/2025

REQUERIMENTO Nº /2025

(Do Sr. Capitão Alden)

Solicita realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), a fim de discutir o tema: “Escalada da violência política nas universidades brasileiras.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), a fim de discutir o tema: “Escalada da violência política nas universidades brasileiras”.

A realização desta audiência se faz urgente, considerando o crescente número de episódios de confrontos ideológicos, intimidações e agressões a estudantes e professores no ambiente universitário, bem como os riscos a que este público está exposto na internet.

Sugiro os seguintes nomes para participação:

- Lucas Pavanatto – Vereador de SP e ativista universitário;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

- Satiê – Vereador do RJ e presidente da Comissão de Combate ao Racismo;
- Wilkear Leão – Ex-estudante do curso de História da UnB, expulso por divergência ideológica;
- André Moreira – Secretário Estadual de Formação Intelectual do PLJ/SC;
- Ingo Câmara – Presidente Estadual do PLJ/SC;
- Jeffrey Chiquini – Advogado e vítima de agressão na UFPR;
- Isadora Piana – Presidente Nacional do NOVO Jovem.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, observa-se uma escalada preocupante de violência política nas universidades brasileiras, refletindo uma tendência que afeta diretamente a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias. Casos emblemáticos em outros países, como o assassinato do ativista conservador norte-americano Charlie Kirk em 10 de setembro de 2025, na Universidade do Vale de Utah, e os mais de 150 ataques registrados em campus universitários nos EUA apenas no primeiro semestre daquele ano, demonstram o crescimento da intolerância ideológica e da radicalização dentro de instituições acadêmicas. No Brasil, diversos estudantes e professores conservadores têm sido vítimas de hostilização, exclusão e ameaças por manifestarem posições políticas ou morais divergentes do pensamento predominante, comprometendo a liberdade acadêmica e o debate plural. Exemplos recentes incluem Júlia de Castro, da UniRio, que precisou registrar boletim de ocorrência após ameaças de morte por seu posicionamento





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

conservador; João Daniel, da UFF, desligado de grupo de pesquisa por manifestar opinião contrária ao aborto; e jovens como Guilherme Kilter, vereador de Curitiba, e Lucas Pavanato, hostilizados em universidades federais. Esses episódios evidenciam que a violência política dentro das instituições de ensino afeta diretamente aqueles que buscam exercer o direito constitucional à livre manifestação de pensamento e à formação intelectual independente.

Essa situação viola direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal. O art. 5º garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à segurança, além da livre manifestação do pensamento (inciso IV) e da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (inciso IX). Nos arts. 206, II e III, e 207, a Constituição estabelece como princípios o pluralismo de ideias, a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, e a autonomia universitária, todos ameaçados por práticas de intimidação política. A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu art. 3º, I e II, reforça a importância da liberdade e do pluralismo no ambiente educacional. O Código Penal e o Estatuto do Desarmamento tipificam condutas como ameaça, lesão corporal e dano qualificado, aplicáveis a episódios de violência política nas universidades, oferecendo instrumentos legais para responsabilização.

O Brasil, como signatário do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, possui obrigação de prevenir e punir perseguições motivadas por opiniões políticas, garantindo proteção a estudantes e professores que se posicionam contra o pensamento dominante nas universidades. O Parlamento, por meio do art. 48 da Constituição, tem competência para





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

legislar sobre educação e segurança pública, e o art. 58, § 2º, II, autoriza comissões permanentes a realizarem audiências públicas, ferramenta essencial para ouvir especialistas, gestores universitários, representantes estudantis, autoridades de segurança, juristas e vítimas, coletando informações que subsidiem políticas públicas eficazes.

Diante da gravidade do quadro, a realização de audiência pública conjunta entre a Comissão de Educação e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado é essencial. O debate permitirá a proposição de medidas concretas para assegurar a integridade física e emocional de estudantes e professores conservadores, proteger a liberdade de expressão e de cátedra, resguardar a autonomia universitária e garantir que as universidades permaneçam espaços de diálogo, pluralidade e segurança, cumprindo sua função essencial de formar cidadãos críticos e preservar a democracia frente à intimidação ideológica.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN

